

Casa da Mulher Brasileira começa a virar realidade

» ELEONORA MENICUCCI

Ministra de Estado chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

O Programa Mulher, Viver sem Violência, instituído há nove meses, e coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), integra vários eixos estratégicos de enfrentamento às situações de violência baseadas em gênero. São eles o serviço gratuito de denúncia Ligue 180, a organização dos serviços de coleta de vestígios de crimes sexuais, o Centro de Atendimento às Mulheres nas Fronteiras, as campanhas continuadas de conscientização, as unidades móveis para mulheres em situação de violência no campo, na floresta e nas regiões ribeirinhas. É a Casa da Mulher Brasileira.

A criação da Casa é reflexo de novo paradigma para o atendimento da mulher em situação de violência. É o da integração de absolutamente todos os serviços essenciais para essa circunstância crítica — e, fundamental, em local que garanta o acesso. Que resultasse num ambiente harmônico, acolhedor, seguro e confortável, para resguardar a integridade físico-emocional das atendidas. A proposta é acolher, apoiar e libertar a mulher do círculo vicioso da violência doméstica.

Ancorada nesses critérios, o passo seguinte para a elaboração do projeto foi listar os desafios de cada órgão prestador de serviços da Casa. Disso resultou um projeto padrão com um conjunto de serviços pensados para cercar o absurdo da agressão por todos os lados. Assim, a Casa integra serviços especializados de apoio, proteção jurídica, abrigo, orientação psicossocial e profissional, delegacia especializada, acompanhamento e brinquedoteca para as crianças.

Neste momento, os projetos começam a sair do papel, em vários estados, sob a gestão do Banco do Brasil, contratado para este fim pela SPM-PR. Essa materialização apoia-se em chão firme: todos os terrenos para a construção já foram adquiridos pela SPM-PR, nos estados e no DF. Prossegue com a declaração das primeiras empresas vencedoras das licitações, em Brasília, Campo Grande, São Luís e Fortaleza.

Na sequência, serão licitadas as obras em Vitória, Salvador, São Paulo e Curitiba. As outras concorrências estão previstas para o segundo semestre. A concretização desse processo foi possibilitada pelas parcerias entre o governo federal, os estados e os municípios. Em seguida, a SPM-PR adquiriu terrenos nas capitais brasileiras, mas não quaisquer terrenos em quaisquer lugares: trata-se de espaços grandes e em pontos estratégicos.



Por "estratégicos", entenda-se sintonizados aos objetivos do programa — ou seja, que facilitem ao máximo o acesso e o atendimento. Isso porque, no momento em que buscam o serviço, as mulheres estão arrebatadas física e/ou psicologicamente pela variedade de tipos de agressão. A ponto de muitas vezes mal conseguirem buscar socorro. Seja pela prostração, seja pelo medo, pela vergonha, pela falta de dinheiro, pela necessidade de proteger as crianças, mantendo-as consigo na procura do atendimento. Ou mesmo, pela dificuldade de faltar ao trabalho.

Todas essas especificações entraram no projeto como condicionantes decisivas não só da localização dos terrenos (proximidade de meios de transporte de massa e outros equipamentos urbanos), como, também, do próprio projeto arquitetônico. O projeto executivo padrão para todas as casas foi

criado por uma equipe que reuniu especialistas das mais diversas áreas. Além de engenheiros e arquitetos, contribuíram profissionais de vários campos das políticas públicas, todos sob a coordenação da SPM.

O padrão das casas, com eventuais adaptações regionais, não serve apenas à economicidade do projeto — que não é pequeno, nem simples, na sua área útil de 3.500 metros quadrados. Na verdade, ele também tem um papel direto a cumprir no enfrentamento à violência: ergue-se como um recado arquitetônico explícito de que ali é um dos territórios nos quais o Estado concentra o cuidado das mulheres. Um território no qual o Estado reafirma em voz firme a tolerância zero à violência. Uma violência que insiste em atingi-las, humilhá-las e excluí-las da vida pública, quando não, da própria vida.

Pelo fim do fator previdenciário

» PAULO PAIM
Senador (PT-RS)

Independente de greis partidárias, se governo ou oposição, é necessário que os presidiáveis se manifestem e assumam publicamente o fim do fator previdenciário. Essa maldita fórmula retira, no ato da aposentadoria, até 50% do salário da mulher e até 45% do salário do homem. Uma crueldade, uma maldade, uma afronta a quem trabalhou e ajudou no desenvolvimento do país.

Em 2008, após longa discussão iniciada em 2003, aprovamos no Senado Federal, por unanimidade, o fim do fator previdenciário. É claro que fizemos, com os movimentos sociais, enorme pressão. Quem não se lembra das vigílias que adentraram as madrugadas com transmissão ao vivo pela TV Senado?

O projeto, desde então, está na Câmara, esperando votação dos deputados. Infelizmente, lá se vão quase seis anos. Seria fundamental que a sociedade, que cada cidadão, fizesse pressão junto ao seu deputado para que se vote de uma vez o fim dessa fórmula, que considero a maior inimiga dos trabalhadores brasileiros. O cidadão tem toda legitimidade para fazer isso. As redes sociais estão aí.

Outra coisa: nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o teto é de R\$ 30 mil, a aposentadoria é integral e não existe fator previdenciário. Por que, então, no Regime Geral da Previdência (RGPS), no qual o teto é de R\$ 4.159, o fator é aplicado? Como se explica uma coisa dessas?

Já a alegação de que não existem recursos para promover o fim do fator não procede, pois a cada ano milhões de reais saem oficialmente dos cofres da Seguridade Social para serem aplicados em outros fins. Vários estudos comprovam isso. Um deles é o da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). Ele é baseado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e é certo em relação ao assunto: não há déficit. Pelo contrário. Desde 2009, o superávit tem ficado em torno de R\$ 50 bilhões. Em 2013, foi de R\$ 80 bilhões; 2012, R\$ 78 bilhões; 2011, R\$ 77 bilhões; 2010, R\$ 56 bilhões.

Sempre digo que alguns setores da sociedade ainda estão na onda do "gosto de levar vantagem em tudo". Os operadores do "deficit" levam em conta apenas a arrecadação do Regime Geral da Previdência (RGPS) e as despesas com benefícios. Esquecem-se, intencionalmente, que a Seguridade Social é integrada pela Previdência, com saúde e assistência social.

Para esse conjunto da seguridade, há financiamento próprio, conforme a Constituição de 1988, por meio de impostos e taxas, como a Cofins, a CSLL, percentual de receitas de jogos e loterias, entre outros, tendo como base o Orçamento da União. Ainda conforme a Anfip, os resultados da seguridade poderiam ser ainda melhores se não fosse a sonegação e a inadimplência. A sonegação foi de R\$ 15 bilhões em 2013; R\$ 13,6 bilhões

em 2012 e R\$ 13,1 bilhões em 2011. Ainda segundo a Anfip, esses números podem ser até 10 vezes maiores. Isso, sem contar a inadimplência: R\$ 34,9 bilhões.

A quem interessa a mentira do "rombo" nas contas da seguridade? A quem interessa o desgaste da imagem da Previdência? Interesses? E por que o Congresso posterga a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 24/2003, que determina que o dinheiro da seguridade não pode ser desviado para outros fins? Diante de tudo isso, acredito em um caminho: a mobilização das ruas.

Além do fim do fator previdenciário, os presidiáveis deveriam colocar outras pautas em discussão, como a valorização das aposentadorias e pensões, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, a desapensão, entre outras. Decididamente, essa história precisa de um ponto final. Passou da hora de a Câmara e o governo federal pararem com essa lengalenga, esse empurra pra lá, empurra pra cá. Todos reconhecem que ele é perverso e desonesto, mas nada fazem para mudá-lo.

Para terminar, lembro que o famigerado fator previdenciário foi criado em 1999, com forte resistência no Congresso Nacional. Então, o que causa espanto é que ele continua sendo mantido até hoje. Durmasse com um barulho desses. O eleitor brasileiro está cansado e já está dando seu recado nas ruas: "Querem o meu voto? Acabem com o fator previdenciário".



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUIDO

ariacunha@dabr.com.br
com Crce Cunha // crceacunha.df@dabr.com.br

Obras de ficção abrem campanhas

É função de qualquer peça publicitária chamar a atenção para o produto que se anuncia. No caso da propaganda política, essa função é a mesma, ou seja, o que está exposto para venda na vitrine é o partido, com seu pacote de intenções genéricas. No caso de propaganda enganosa, o antídoto está no Código do Consumidor ou no Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar). Livre das amarras contidas nas leis de mercado, em propaganda política tudo é válido, inclusive mentir e distorcer a história, apagando do contexto atual qualquer pista verdadeira que revele a fonte cristalina da verdade. Na nova propaganda nacional do PT para a televisão, um onipresente Lula diz em discurso para uma plateia mansa que o seu partido "não nasceu para fazer tudo o que os outros fazem". De fato. Embora tenha nascido pregando outros propósitos, o PT aliou-se ao que tinha de mais atrasado na política do país e conseguiu, com isso, ir muito além dos ensinamentos dos mestres do passado. "Se alguém, entre nós, cometeu um erro, tem que pagar pelo erro que cometeu", disse em seguida. O "se" revela que o partido ainda não assimilou o mea-culpa. Por seu lado, é sabido que o julgamento do mensalão foi obra de uma parcela apenas do Judiciário, sendo que essa parcela sofreu todo tipo de pressão, inclusive com ameaças de morte. Internamente, não houve providências do partido no sentido de punir os culpados, como reza o próprio estatuto em vigor. Por incrível que possa parecer, foi expulso justamente quem não compactuou com o modus operandi. No filme, Lula diz ainda: "Este partido nasceu para provar que é possível fazer política de forma mais digna". É possível fazer política de forma mais digna, mas não é o que vem sendo feito nos últimos 12 anos, com a sucessão contínua de escândalos que ameaçam não só as finanças do país, como a segurança jurídica e a própria democracia. Na incrível capacidade de negar o óbvio, Dilma afirma no vídeo que seu governo "será sempre o da estabilidade e da responsabilidade fiscal". A estabilidade e a responsabilidade fiscal estão ameaçadas por metas de curto prazo, que vislumbram apenas o horizonte eleitoral imediato, sendo que as contas públicas estão no vermelho e, quando apresentadas à nação, sofrem, primeiro, um processo de maquiagem profunda, capaz de transformar um dragão num pássaro do paraíso. Na propaganda petista, aparece ainda o presidente da legenda pregando a salvação de todos por meio de mudanças na Constituição que possibilitem a reforma política. Uma reforma em que o contribuinte entra com o financiamento das siglas e em que não possa eleger diretamente o candidato, mas confiar na lista elaborada pelos caciques donos das legendas. Diante da bruta realidade do país, o PT insiste ainda em se exibir num filme de ficção, embora não consiga esconder o fato de que está irremediavelmente nu.

» A frase que foi pronunciada

"A sopa é para a infância o que o comunismo é para a democracia!"

Mafalda

Defesa da pátria

» Em depoimento na Comissão de Constituição e Justiça, o general Odilson Benzi, falando sobre segurança, disse que, no Brasil, "trabalha-se em um quadro em que a população está completamente desassistida. Aqueles que tinham por obrigação preservar a segurança estão inoperantes".

Evolução social

» Inquirido pelo senador Eduardo Suplicy, o general respondeu que realmente é o momento de o Superior Tribunal Militar, a Justiça Militar, trabalhar no Código Penal Militar pensando na substituição da prisão como penalidade pela prestação de serviço à comunidade.

Tráfico de pessoas

» De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), somente no Brasil, o tráfico de pessoas movimentou algo em torno de US\$ 32 bilhões por ano. Na tentativa de inibir essas práticas, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 5.317/13, que inclui entre os crimes hediondos o tráfico interno e internacional de pessoas para fim de exploração sexual.

Regalias

» Tratamentos diferenciados para presos são sempre motivo para preocupações, tanto para a Justiça quanto para a sociedade. Se, de um lado, a diferenciação de tratamento gera desrespeito às normas da lei, levando à incredulidade das pessoas sobre a eficácia das normas legais, do outro, essas práticas acabam por gerar conflitos internos nas unidades prisionais, onde o clima para revoltas está à flor da pele. A notícia sobre a visita da filha de José Dirceu à Papuda, feita em carro da própria unidade, furando fila, é um exemplo ruim para a população em geral e um rastilho de pólvora para os internos.

Barbosa

» Por via das dúvidas, o presidente do STF, Joaquim Barbosa, negou a José Dirceu autorização para trabalhar fora do presídio. No entendimento do ministro, a Lei de Execução Penal só autoriza trabalhos externos depois de cumprido um sexto da pena, o que deve ocorrer somente a partir de março de 2015. De seu lado, seguem as apostas de que a presidente Dilma, caso reeleita, venha a conceder o indulto aos companheiros presos.

» História de Brasília

A campanha que minha vizinha aí de cima está fazendo contra o não uso de gravatas, por mim, tem surtido algum efeito. Recebi várias gravatas, efetivamente, mas não as uso pela falta. É que não abro mão do traje esportivo. Nunca abri, e não abrirei, principalmente agora, depois que o dr. Juscelino aprovou. Ponto final. (Publicado em 16/7/1961)